

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1217691 - SC
(2017/0313120-5)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : DALVA DA SILVA JANNING
AGRAVANTE : ELIZABETE DA CONCEIÇÃO BORGES
AGRAVANTE : EMÍLIA DA SILVA NAZÁRIO
AGRAVANTE : FLORÊNCIO GABRIEL DOS SANTOS
AGRAVANTE : JUSSARA GOMES
AGRAVANTE : LUCIA NASÁRIO RICKEN
AGRAVANTE : LUZIA MARIA DE BORDA NOGUEIRA
**AGRAVANTE : MARIA EROTIDES BERNADETE NEGHERBON
FERREIRA DE LIMA**
AGRAVANTE : OLANDIO MANOEL DE SOUZA
AGRAVANTE : PEDRO BARDINI
AGRAVANTE : ROBERTO SPIGUEL
AGRAVANTE : ROSANA MARIA PEREIRA SIMAS
**ADVOGADOS : MARIO MARCONDES NASCIMENTO - SC007701
FERNANDA DA SILVEIRA RAMOS - SC021449
LUIZ CARLOS SILVA - SC032920**
AGRAVADO : LIBERTY SEGUROS S/A
**ADVOGADOS : MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - PR007919
MURILO CLEVE MACHADO E OUTRO(S) -
PR014078**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da

Superior Tribunal de Justiça

decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator